Controladoria teve participação de destaque na reunião plenária da ENCCLA, que definiu prioridades para o enfrentamento ao crime organizado, o fortalecimento da contrainteligência e a proteção aos denunciantes.

A Controladoria-Geral da União (CGU) teve participação de destaque na 24ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), realizada entre os dias 9 e 12 de novembro de 2026, no Rio de Janeiro. Das nove ações estratégicas aprovadas para execução em 2027, três terão a CGU como uma das instituições coordenadoras, além de uma quarta iniciativa que contará com sua colaboração.

A reunião reuniu representantes de órgãos públicos e instituições parceiras para debater os principais desafios do enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, bem como estabelecer iniciativas conjuntas para o próximo ano. A ENCCLA constitui um importante espaço de articulação nacional, promovendo a integração entre instituições de controle, investigação, fiscalização e responsabilização.

Três ações sob coordenação da CGU

Uma das iniciativas coordenadas pela CGU terá como foco a atuação preventiva da Administração Pública contra o risco de infiltração de organizações criminosas ultraviolentas nas relações com o poder público. Desenvolvida em conjunto com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a ação buscará fortalecer a capacidade estatal de identificar e prevenir riscos associados à atuação dessas organizações nas relações com a Administração Pública, especialmente em contratações e outras interações com o setor público.

Outra frente será a estruturação de diretrizes normativas para o fortalecimento da contrainteligência em instituições públicas que exercem atividades sensíveis, sob coordenação conjunta da CGU e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A iniciativa pretende contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de proteção de informações, conhecimentos, processos e atividades estratégicas, reduzindo vulnerabilidades e riscos de interferências indevidas.

A terceira ação, coordenada pela CGU em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), será dedicada ao aperfeiçoamento do arcabouço normativo de proteção ao denunciante de boa-fé (whistleblower), nos setores público e privado. O trabalho buscará fortalecer as garantias de proteção às pessoas que comunicam irregularidades, considerando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a importância das denúncias para a prevenção e a detecção de ilícitos.

Recuperação de ativos e enfrentamento ao crime organizado

Além das três coordenações, a CGU participará como instituição colaboradora de uma quarta ação, voltada ao desenvolvimento da capacidade estatal de propor medidas de perdimento de bens não baseadas em condenação penal, como estratégia de recuperação de ativos e asfixia financeira de organizações criminosas.

Coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a iniciativa busca aprimorar os instrumentos disponíveis ao Estado para alcançar patrimônios vinculados a atividades ilícitas, respeitadas as garantias legais e constitucionais.

Fortalecimento da atuação integrada

A participação da CGU nas ações aprovadas evidencia a ampliação de sua contribuição para o enfrentamento à corrupção e ao crime organizado, combinando atividades de prevenção, inteligência, controle, proteção institucional e responsabilização.

As iniciativas também reforçam a importância da cooperação entre diferentes órgãos e instituições,

permitindo o desenvolvimento de soluções conjuntas para desafios que ultrapassam as competências individuais de cada organização.

Conheça as ações da ENCCLA para 2027

Fonte: CGU , em 17.11.2026.